



Destaque Rural Nº 190

19 de Setembro de 2022

DEMOGRAFIA E IMPLICAÇÕES PARA A ECONOMIA E O MEIO RURAL

Yasser Arafat Dadá e João Mosca¹

1. INTRODUÇÃO

O objectivo do presente Destaque Rural (DR) é o de discutir algumas implicações da evolução demográfica de Moçambique. Este texto estuda isoladamente evolução da população em Moçambique e faz parte de um trabalho mais amplo onde se enquadram análises envolvendo outras variáveis e indicadores económicos e sociais.

Este DR possui, além da Introdução, mais duas secções. Na segunda apresenta as características principais da população moçambicana, destacando-se o crescimento demográfico, a evolução da população urbana e rural, a relação entre população feminina e masculina, as pirâmides etárias dos anos 1975 (ano da independência), 1992 (anos do fim da guerra civil) e 2020 (último ano com dados detalhados), a esperança de vida, a mortalidade infantil, a concentração espacial da população, entre outros indicadores. Finalmente, na terceira secção apresentam-se reflexões sobre algumas implicações da evolução demográfica na economia e em particular na agricultura e no meio rural.

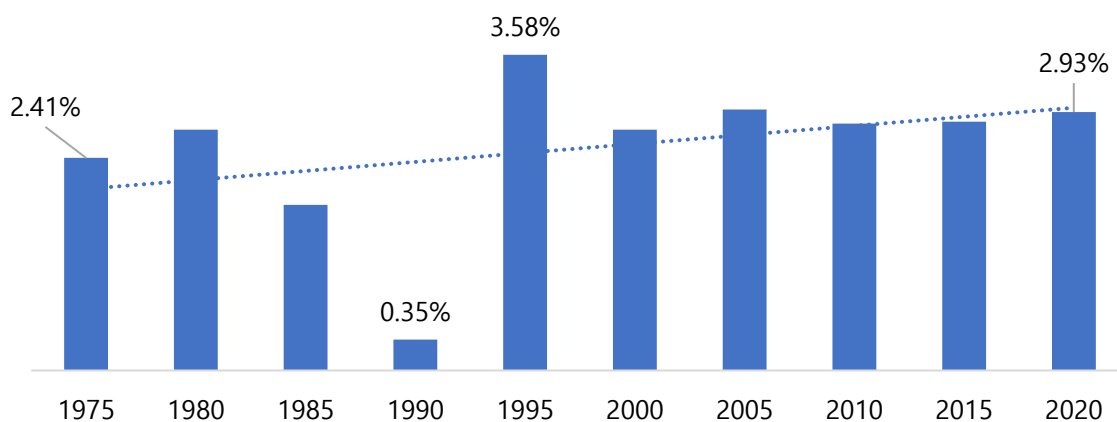
As fontes de informação são o Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco Mundial (World Bank) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

2. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DE MOÇAMBIQUE

Moçambique, nos últimos 30 anos, teve um ritmo de crescimento da população acelerado. As taxas de crescimento anuais foram sempre superiores a 2%.

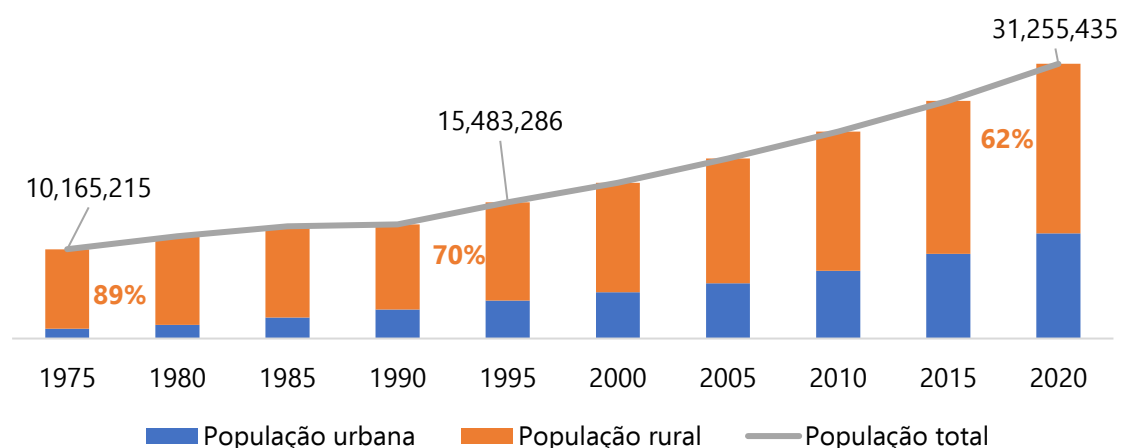
¹ Yasser Arafat Dadá, economista e Mestre pela Universidade de Lisboa. Doutorando em Estudos de Desenvolvimento. João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Ambos pesquisadores do OMR. Agradece-se à Yara Pedro Nova, Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Lisboa, pesquisadora do OMR, pela recolha e tratamento da informação relativa à densidade e concentração da população, e respectivo mapeamento.

Gráfico 1
Taxa de crescimento anual da população, entre 1975 e 2020



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da ONU².

Gráfico 2
Evolução do total da população e repartição da população por zonas, entre 1975 e 2020



NB: No gráfico é apresentada a repartição da população urbana e rural em barras acumuladas e a população total é apresentada em forma de linha
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da ONU.

Os gráficos 1 e 2 mostram o crescimento anual da população em termos relativos e absolutos. No gráfico 2, pode-se notar que a população, entre 1975 e 1995 (20 anos), aumentou pouco mais de cinco milhões, passando de cerca de 10,2 milhões para cerca de

² ONU: <https://www.worldometers.info/world-population/mozambique-population/>

15,5 milhões (um aumento de cerca de 50%) e entre 1995 e 2020 (25 anos) a população passou de cerca de 15,5 para aproximadamente 31 milhões³.

Estas dinâmicas do crescimento demográfico podem ter as seguintes principais justificações: (1) no primeiro período (1975 a 1995), o país esteve em guerra (1976-1992), com cerca de 6 milhões (40% da população) de deslocadas e refugiados nos países vizinhos; (2) no segundo período (1995-2020), alcançaram-se os principais ganhos na saúde neonatal (o número de óbitos passou de 145 por 1000 habitantes, em 1995, para 53 por 1000, em 2020)⁴ (World Bank 2022)⁵ e iniciou-se um período de paz e de regresso das pessoas aos seus locais de vida. A densidade populacional por km² pouco mais que triplicou: era, em 1975, de 13 habitantes/km², e passou para 40 habitantes por km², em 2020 (ONU⁶).

Uma família típica é composta por 5 membros⁷. Contudo, existem diferenças no tamanho do agregado familiar (AF)⁸ se considerarmos o sexo do chefe do agregado familiar. Os dados do IOF de 2014/15 revelam que os AFs chefiados por homens apresentam, em média, maior número de membros, sendo de 5,3 membros e de 4,2 para os agregados chefiados por mulheres (Ministério da Economia e Finanças 2016). Os AFs chefiados por mulheres são principalmente compostos por 3 ou 4 membros (33,7%) enquanto os chefiados pelos homens são maioritariamente compostos por 5 ou 6 membros (31,9%) (Ministério da Economia e Finanças, 2016).

A população do sexo feminino, entre 1992 e 2020, foi sempre superior à da população masculina. Os dados mostram que, em 2020, o total da população do sexo feminino era de cerca de 16 milhões, enquanto a população masculina era de perto de 15 milhões. Em 1992, o total da população feminina era de 7,2 milhões, enquanto a masculina era de cerca de 6,6 milhões. A tendência é de redução da diferença (o número de homens para cada mulher passou de 0,917 (1992) para 0,937 (2020)).

³ A população total baseia-se na contagem de todos residentes em Moçambique, independentemente do status legal ou cidadania. Os valores mostrados são estimativas do meio do ano (World World Bank (2022). "Mozambique: Data Base". World Bank Bank. data.worldbank.org/country/mozambique <https://>).

⁴ Taxa de mortalidade infantil é o número de indivíduos que morrem antes de atingir um ano de vida por 1.000 indivíduos vivos em um determinado ano (World Bank 2022).

⁵ Ibidem.

⁶ ONU, Ibidem.

⁷ O conceito de típico em estatística é sinónimo de Moda.

⁸ As definições de agregado familiar variam entre censos e países, e podem mudar ao longo do tempo, o que significa que os resultados às vezes não são comparáveis ou são difíceis de interpretar. Agregado familiar é definido, no VI recenseamento geral da população e habitação de Moçambique, como um indivíduo ou um grupo de pessoas ligadas, ou não, por laços de parentesco que habitualmente vivem na mesma casa e cujas despesas são suportadas parcial ou totalmente em conjunto (INE, 2017:11).

Também, se verificam desigualdades na distribuição da população entre as zonas rural e urbana. O gráfico 2, revela que entre, 1975 e 2020, a maior parte da população moçambicana reside em zonas rurais. É possível igualmente observar que a diferença entre a percentagem da população que vive no meio rural e a que vive no meio urbano apresenta uma tendência decrescente entre 1975 e 2020. Em 1975 89% da população vivia nas zonas rurais e, em 2020, passou para 62%. Porém, em termos absolutos, verifica-se um maior aumento de população do meio rural, passando de cerca de 9 milhões de pessoas em 1975 e passou para aproximadamente 19,5 milhões de moçambicanos, em 2020.

Trabalhos, como o de Feijó e Ibraimo⁹, resumem o aumento da proporção da população das zonas urbanas nos três factores seguintes: (1) reclassificações das áreas urbanas, resultando em maiores superfícies urbanas e, portanto, mais população; (2) o número de nascimentos não deixou de explicar o aumento da população urbana; e, (3) os processos de êxodo rural e de migração para as grandes cidades contribuem para a explicação do forte crescimento urbano (Feijó e Ibraimo 2016¹⁰).

Os gráficos 3, 4 e 5, complementados com os dados por idade da ONU¹¹, revelam que a pirâmide demográfica em Moçambique é expansiva, isto é, a maior parte da população esta concentrada em faixas etárias mais jovens. Entre 1975 e 2020 a proporção da população por grupo etário manteve-se, quase metade da população moçambicana tem menos de 15 anos de idade (aproximadamente 45%) e pouco mais que a metade tem entre 15 e 64 anos de idade (aproximadamente 53%).

Os mesmos gráficos revelam que mais de dois terços dos moçambicanos nasceram depois do fim da guerra civil. Isto é, a maior parte da população possui, no máximo, 30 anos de idade, o que se reflecte na idade média cada vez menor. Entre 1975 e 2020, a idade média da população passou de 18,2 para 17,6 anos. No mesmo período, a mediana da idade da população manteve-se no intervalo de 15 a 19 anos (Banco Mundial 2022).¹²

⁹ O trabalho de Feijó e Ibraimo sobre as migrações rural-urbano, no contexto de Maputo cidade, demonstram que a zona rural tem maiores privações (ao nível do acesso a água, a energia, a oportunidades de emprego e de escolarização) que as zonas Urbanas, ainda que inseguras, Feijó, João, e Momade Ibraimo. 2016. "Relações rural-urbano, transferências pessoais e políticas públicas: uma análise a partir de populações residentes na Cidade de Maputo". Em Desafios para Moçambique 2016. IESE.

¹⁰ O trabalho de Ribeiro, em 2019, relacionado com o processo de urbanização de Moçambique mostra, ao detalhe, o processo de reclassificação das áreas urbanas de Moçambique e como muitos espaços ao redor das cidades (antes zonas rurais) passaram a ser considerados urbanos. Ribeiro, Ester Tomás Natal (2019). "Processo de urbanização em Moçambique – África". Em Geografia no Século XXI - Volume 5, por Fabiane dos Santos, editado por Editora Poisson. Editora Poisson. <https://doi.org/10.36229/978-85-7042-159-3.CAP.12>.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem

Gráfico 3
Pirâmide etária de 1975

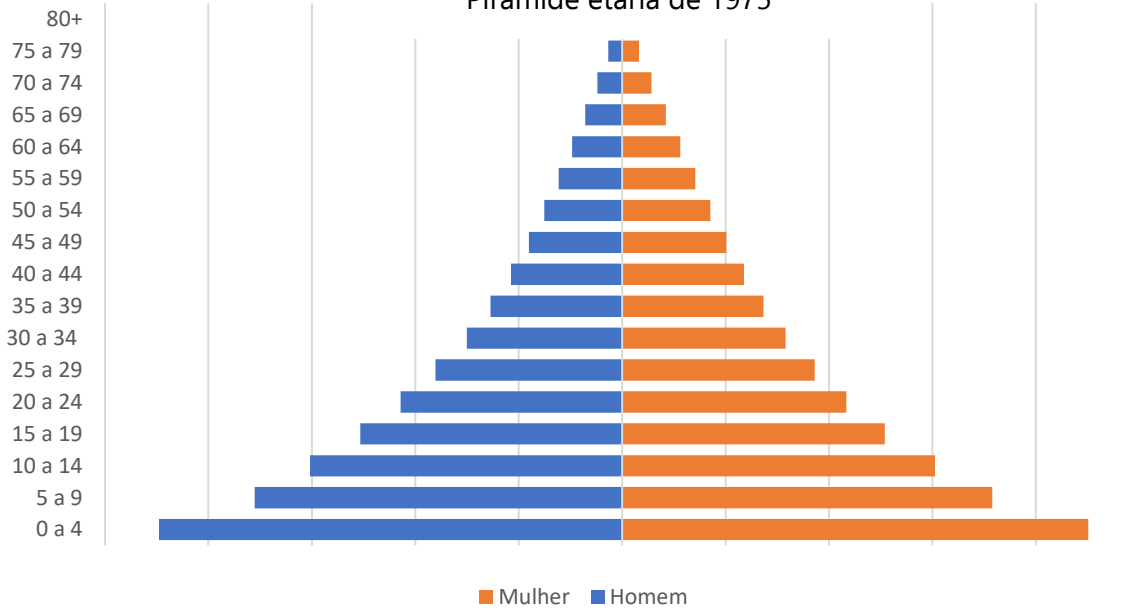


Gráfico 4
Pirâmide etária de 1992

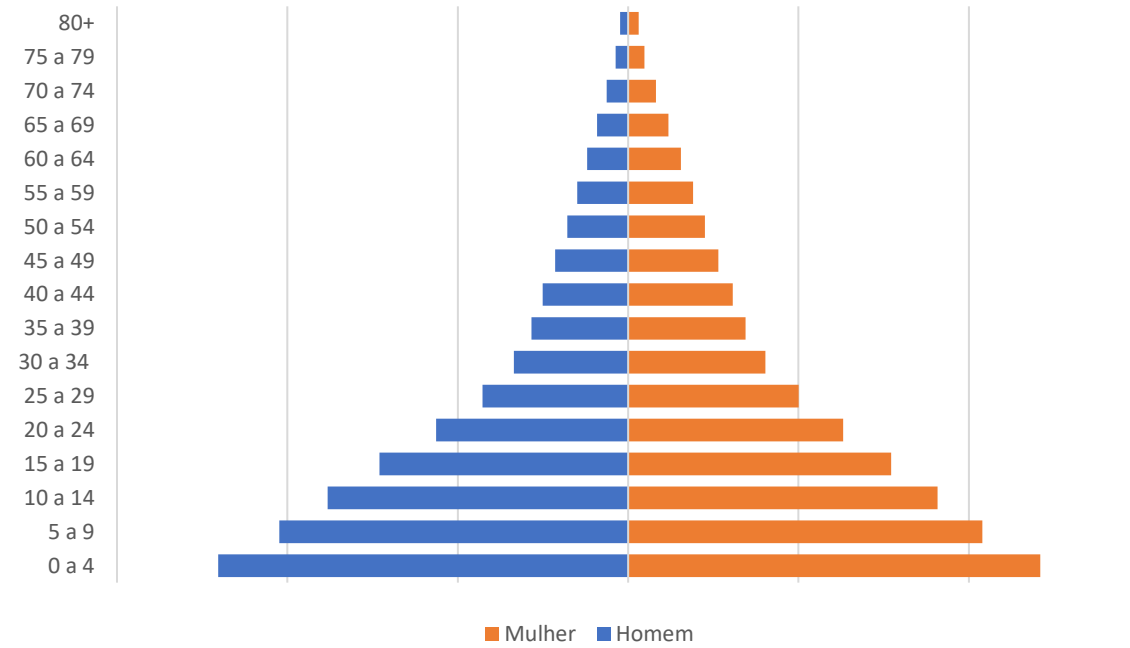
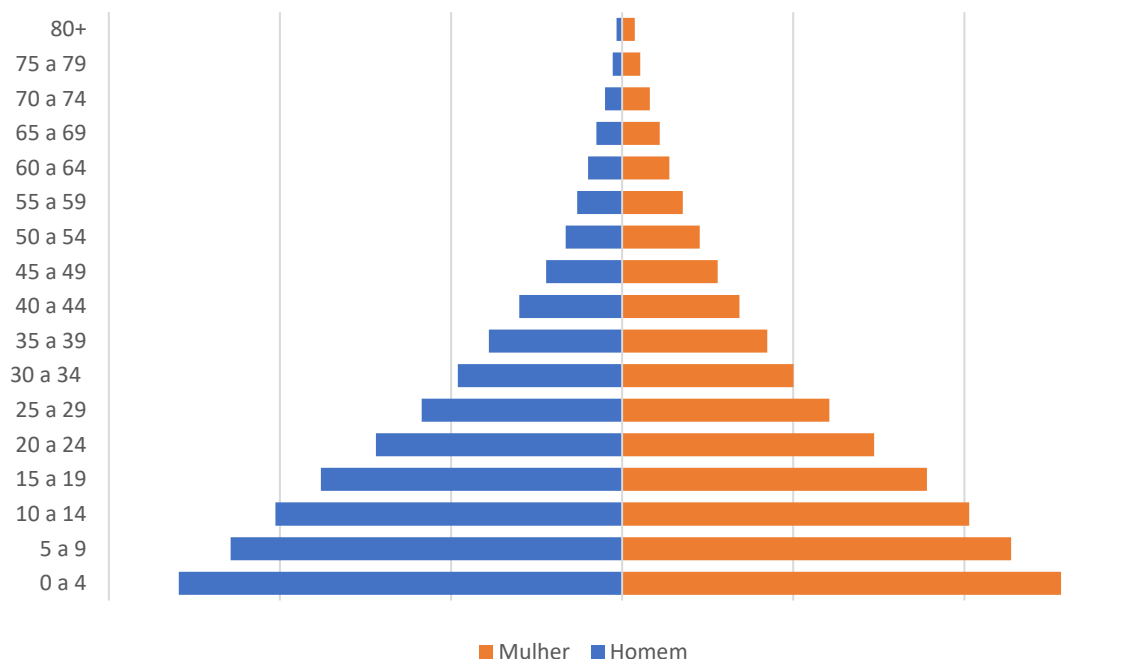


Gráfico 5
Pirâmide etária de 2020



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da ONU¹³.

A esperança de vida foi crescente entre 1975 e 2020, tendo aumentado em cerca de 20 anos. Em 1975, a esperança de vida de toda a população em Moçambique situava-se em 43,5 anos, sendo de 44,5 para a população do sexo feminino e 42,5 anos para a do sexo masculino. Em 2020, a esperança de vida situava-se em 62,1 anos. O progresso foi superior na população feminina (65 anos e 59,1 anos para o sexo masculino).

O aumento da esperança de vida pode ser justificado pelos ganhos na saúde, principalmente nos primeiros anos de vida. Entre 1975 e 2020, o número de óbitos à nascença e até aos cinco anos de vida, diminuiu significativamente. Em 1975 estes indicadores era respectivamente de 152 e 263 por 1.000 habitantes e, em 2020, os números passaram para 45 e 61, respectivamente.

¹³ Ibidem

O rácio de dependência¹⁴, entre 1975 e 2020, apresenta um valor que pode ser considerado elevado (acima de 80%), quando comparado com outros países da África Subsaariana¹⁵ (World Bank 2022; Ministério da Economia e Finanças 2016¹⁶).

A ONU¹⁷ fornece quatro possíveis cenários nas projecções da população para 2050: (1) 70 milhões de habitantes, caso a fecundidade da população se mantiver constante; (2) 38,2 milhões (variante baixa); (3) 44 milhões (variante média) e (4) 50,5 milhões de pessoas (variante alta).

O mapa abaixo apresenta os ritmos de crescimento médio anual da população por distrito (excepto as cidades capitais de província¹⁸), 2007-2017. Pode-se constatar:

- A zona Sul do país tem, na maioria desse território, excepto na cidade da Matola e os distritos em redor ao Grande Maputo, crescimento populacional abaixo de 3% (próximo da média nacional). Destaca-se o distrito da cidade de Maputo cimento (KaMpfumo) que teve crescimento negativo de -3,6%, entre 2007 e 2017. Os distritos em redor à cidade de Maputo (Marracuene, Moamba, Boane, e os restantes distritos urbanos da cidade de Maputo, para além de KaMpfumo), tiveram crescimentos de 5% ou mais. A população da cidade da Matola cresceu, em média por ano, no mesmo período, em 12,1%.
- As capitais de província Lichinga, Nampula, Tete, Quelimane, Chimoio e Matola, tiveram crescimento acima da média nacional (2,8%). A população das cidades de Xai-Xai (1,9%), Inhambane (2,1%) tiveram crescimento inferiores à média nacional, e a cidade da Beira teve crescimento de 2,9%, sensivelmente igual à média nacional.
- O crescimento populacional no meio rural acontece com maior ritmo nos seguintes distritos: (1) nos distritos nos limites Norte do corredor da Beira e grande parte do corredor de Nacala; (2) nas zonas de fronteira com o Malawi e Zâmbia e na província de Niassa na fronteira com o Malawi; (3) em quase toda a província de Cabo Delgado e nos limites de Niassa com Cabo Delgado.

¹⁴ O rácio de dependência é a divisão de população considerada menor (indivíduos com menos de 15) somada à população com mais de 64 anos, divididas pela população em idade activa (indivíduos com idades compreendidas entre 15 e 64 anos).

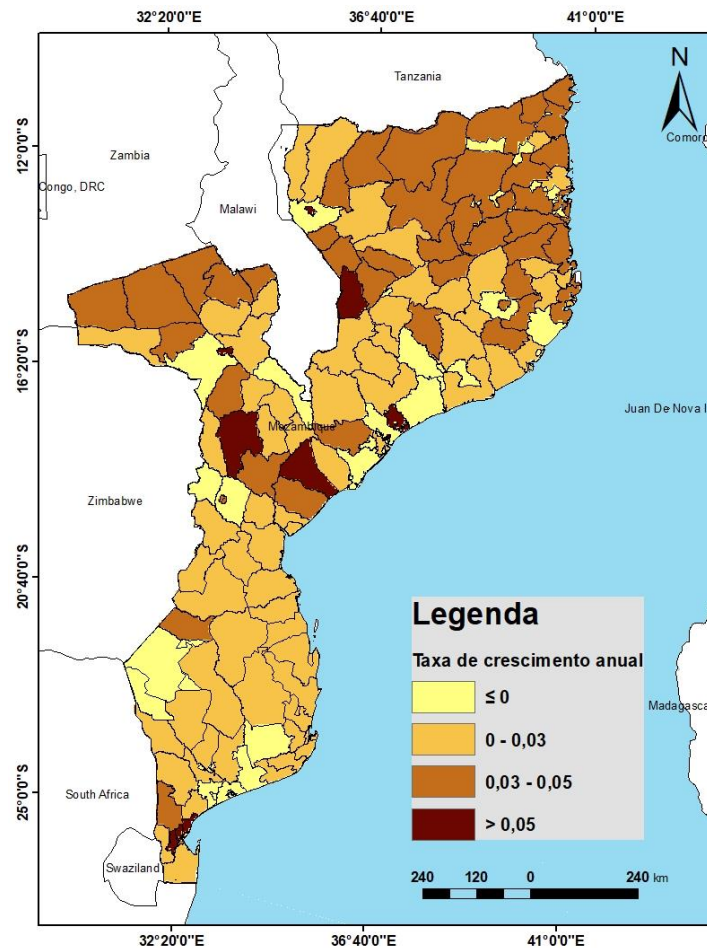
¹⁵ World Bank (2022). Ibidem.

¹⁶ Ministério da Economia e Finanças. 2016. "Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional. Direcção nacional de estudos económicos. Governo de Moçambique.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Optou-se por retirar as cidades capitais de província por duas razões: (1) para focar a análise no meio rural; e, (2) a inclusão das capitais provinciais distorceria o objectivo expresso na alínea anterior.

Mapa 1
Crescimento da população por distrito, entre 2007 e 2017



Nota: a taxa de crescimento está apresentada em percentagem que significa que os limites das classes são 0%; 3% e 5%:

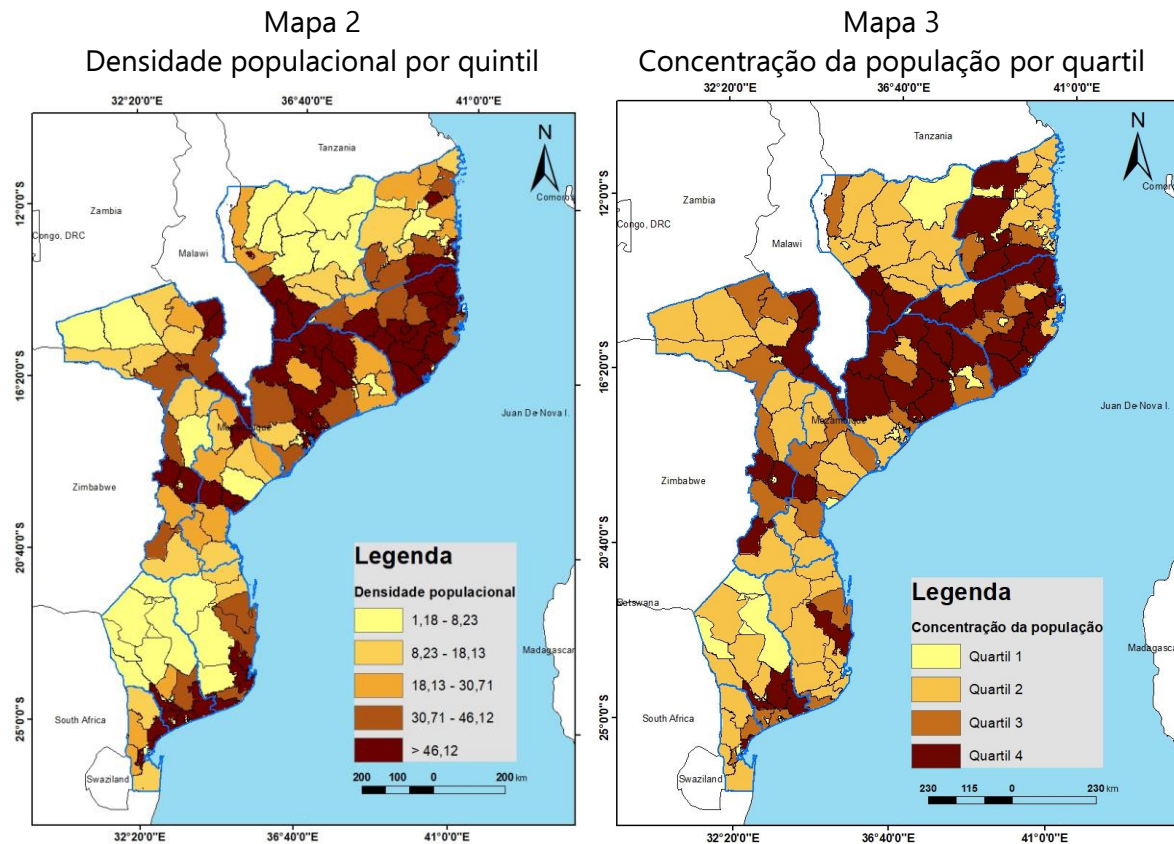
Fonte: INE, elaboração própria.

Das observações referidas, pode-se sugerir o seguinte: (1) maiores crescimentos nas cidades capitais de província, sobretudo por razões imigratórias, excluindo a cidade de "Maputo-cimento" (distrito urbano de KaMpfumo por ocupação populacional anterior das infra-estruturas.); (2) crescimento baixo (menos de 3% ou negativo), com alguma coincidência com as zonas mais vulneráveis aos choques climáticos (maioria do território das províncias de Inhambane e Gaza e zona costeira entre rio Zambeze e a fronteira com Nampula); (3) o crescimento acima de 2,8% acima do crescimento natural da população¹⁹, em zonas onde existem projectos geradores de emprego e expectativas de desenvolvimento de actividades económicas (corredores da Beira e de Nacala), exploração mineira (Cabo Delgado e cidade

¹⁹ O crescimento natural é medido pela diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade.

de Tete), projectos agrícolas (tabaco, no Norte de Tete e Niassa e na zona de fronteira com Malawi, algodão (Nampula, Cabo Delgado e Niassa) e agricultura na maior parte da alta Zambézia; em princípio, é certamente justificado por migrações internas e imigrações, sobretudo associadas à mineração e algumas produções agrícolas, como, por exemplo o tabaco. A longo prazo, o efeito das mudanças climáticas acelerará estes fenómenos com o risco do surgimento da desertificação humana²⁰, sobretudo no Sul de Moçambique, não sendo o caso das zonas da província de Niassa, tradicionalmente pouco habitada, mas que mantém um crescimento entre três e cinco por cento.

Os mapas 2 e 3 revelam que a população rural²¹ está concentrada no território. Os distritos onde a população mais cresce (mapa 1) possui uma grande similitude com os mapas 2 e 3. Isto é, a longo prazo, cada vez mais a densidade estará concentrada e localizada, e as migrações continuarão para esses espaços devido às razões referidas nos comentários ao mapa 1.



²⁰ Termo também utilizado para significar perdas significativas e duradouras de população, com tendência, a longo prazo, de "esvaziamento" demográfico, isto é ausência de população. O termo é principalmente utilizado para referir a desertificação física/ambiental causado por práticas dos humanos.

²¹ Para melhor estudar a população do meio rural, retirou-se a população urbana no cálculo da concentração e da distribuição por quintis e respectivos distritos.

Nota: as capitais provinciais não estão incluídas no mapa da concentração populacional.
Fonte: INE, elaboração própria.

A concentração da população rural por quintil e a correspondente área em percentagem está apresentada no quadro 1. Pode-se verificar, no primeiro quintil, que 5% da população rural reside em 26% da superfície rural. No outro extremo, 41% da população ocupa 19% do território. Dividindo a população a metade (mediana), os dois primeiros quintis possuem 15% da população em 43% do território e na segunda metade (3º e 4º quintis), 67% da população reside em 37% da área rural.

Quadro 1
Concentração territorial da população por quintil e percentagem das áreas correspondentes

| | População rural | Percentagem da população rural | Área | Percentagem da Área |
|-----------|------------------------|---------------------------------------|-------------|----------------------------|
| Quintil 1 | 1.102.888 | 5 | 203.993 | 26 |
| Quintil 2 | 2.407.242 | 10 | 134.819 | 17 |
| Quintil 3 | 4.031.327 | 17 | 145.529 | 19 |
| Quintil 4 | 5.968.939 | 26 | 141.961 | 18 |
| Quintil 5 | 9.566.768 | 41 | 150.355 | 19 |
| TOTAL | 23.077.164 | 100 | 776.655 | 100 |

Os quintis são delimitados pela população.

Fonte: INE, elaboração própria.

Sempre houve concentração da população sensivelmente nas mesmas zonas de agora, hipoteticamente pela conjugação de factores, como a aptidão e potencial produtivo e clima, limites geográficos com outros países, onde há maior mobilidade de pessoas e de bens, penetração do capital comercial e agrário mais intensa, fenómenos migratórios para as plantações e construção de infra-estruturas, desde finais do século XIX, e, mais remotamente, aos conflitos entre grupos etnolinguísticos. Certamente que razões socioculturais (por exemplo, o tamanho das famílias) serão também importantes.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O crescimento rápido da população tem as seguintes principais implicações na economia:

- O crescimento económico deve ser superior ao demográfico de modo a assegurar a estabilidade, pelo menos acima do demográfico em 3%, e que o padrão de crescimento, seja crescentemente mais equitativo, social e espacialmente, que o rendimento por habitante aumente de forma continuada, o que significa nomeadamente: mais investimento produtivo eficiente, competitivo e gerador de emprego, melhores serviços aos cidadãos (educação, saúde, abastecimento de água, acesso à energia, segurança pública e social), bom ambiente de negócios, ambiente político e social que contribua para uma boa imagem externa do país e confiança dos cidadãos e das empresas.
- São necessárias medidas eficazes e em profundidade para evitar ou minimizar os efeitos das mudanças climáticas a longo prazo, que implicam menor actividade económica e com maiores riscos, reduzindo, nessas zonas, a continuidade do aumento da concentração da população e a possibilidade de contribuir no combate à desertificação humana de territórios.
- São necessárias burocracias eficientes e eficazes com opções de política económica e de políticas publicas estáveis no tempo, que possibilitem uma transformação estrutural da economia, isto é, industrialização, menos dependência do exterior e acumulação localizada e reinvestida no país.
- Necessidade de investimento público elevado em infra-estruturas de comunicações, além dos relacionados com os serviços aos cidadãos, o que implica um consumo elevado dos recursos da economia com o risco do “asfixiamento” do desenvolvimento do tecido económico competitivo.
- O crescimento elevado da população implica a existência de pirâmides etárias onde grande parte da população é jovem, fazendo com que uma baixa percentagem da população tenha de assumir as responsabilidades económicas, sociais e ao nível dos AFs. Por outro lado, estas pirâmides etárias podem constituir futuros promissores, desde que existam sistemas de ensino de qualidade e com grande cobertura, igualdade de acesso do género, criação de emprego, ambiente de competição, liberdades políticas e sociais, permitindo que a juventude seja protagonista na transformação da economia e da sociedade.
- Ambientes políticos e sociais que garantam a paz, evitando migrações, reassentamentos forçados e conflitos sociais e militares.

Em relação à agricultura, um crescimento demográfico elevado, exige:

- Uma transformação estrutural da economia e do sector, assente no aumento da produção de alimentos através da subida da produtividade por hectare, redução do défice da balança comercial total e de alimentos, e melhoria da segurança alimentar. Uma transformação onde os restantes sectores da economia absorvam trabalho excedentário da agricultura e do meio rural, devido ao incremento da produtividade por hectare e da tendência do aumento das áreas médias das explorações.
- Um crescimento urbano que atraia população do meio rural através da criação de emprego na indústria e nos serviços, infra-estruturas de serviços e segurança aos cidadãos e ordenamento do espaço urbano, para um desenvolvimento urbanístico amigável dos cidadãos e resiliente aos choques climáticos.
- O crescimento rápido da população, ao aumentar a densidade populacional com tendência para a concentração em determinadas zonas, exerce pressão sobre os recursos naturais (terra, florestas, água, etc.) e tornando esses territórios mais vulneráveis aos choques climáticos. O crescimento da população acima do crescimento da produção alimentar e da geração do rendimento, aumentará a pobreza, as desigualdades, a desnutrição e insegurança alimentar, aumento a importação de bens.
- Se estes factos acontecerem, existe a possibilidade de redução das áreas trabalhadas para a agricultura, baixa de produtividade, escassez de espaços para a crescente volume de população, com possibilidades de conflitos no acesso aos recursos naturais.

Sabendo das dificuldades de um crescimento prolongado e a ritmos elevados, podem ser implementadas políticas de controle da natalidade, sempre com respeito pelas liberdades dos cidadãos e que estejam coordenadas com as políticas de desenvolvimento económico.

E-mail: office@omrmz.org

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.

Maputo – Moçambique

www.omrmz.org